



Estado do Pará

Câmara Municipal de Belém

ATA DA SEXAGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DO  
SEGUNDO PERÍODO DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA  
DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA.

No décimo oitavo dia do mês de setembro do ano de dois mil e dezenove, às nove horas, reuniu-se a Câmara Municipal de Belém sob a presidência do vereador Mauro Freitas. Este solicitou aos demais parlamentares que fizessem o registro de suas presenças no painel eletrônico. Em seguida, declarou aberta a sessão. Iniciado o Horário do Expediente, pronunciaram-se os vereadores inscritos. Igor Andrade saudou a Superintendência Executiva de Mobilidade Urbana de Belém - Semob e o Departamento de Trânsito do Estado do Pará - Detran/PA por estarem promovendo simultaneamente ações referentes à Semana Nacional de Trânsito. Reportou que alguns eventos seriam iniciados na manhã deste dia. A Semob iniciaria suas ações em frente ao prédio da Polícia Federal, na Avenida Almirante Barroso, local onde recentemente ocorreu a queda da passarela (em 05/09/2019). Referiu-se depois ao grande aumento no número de ciclovias e ciclofaixas em nossa capital durante a gestão de Zenaldo Coutinho. Lamentou que, entretanto, falte entendimento a alguns motoristas. A este respeito citou que, na semana anterior, a Semob guinchara quatro ou cinco carros que estavam estacionados sobre a ciclofaixa na Travessa Teófilo Condurú, quase na esquina com a Avenida Cipriano Santos. Os condutores destes veículos estavam em uma loja de malharias e roupas ali localizada e saíram correndo desta ainda reclamando dos agentes da Semob. Reconheceu que, em alguns momentos, é necessário haver diálogo antes da punição. Entretanto, julgou não ser mais possível diálogo e tolerância diante de práticas como essa, que se tornam corriqueiras. Mencionou ter havido, recentemente, um acidente na Rua Mundurucus, sendo inclusive entrevistado a respeito o diretor de Trânsito da Semob, Marcos Chagas. Esclareceu que um carro estacionara na ciclofaixa e o ciclista, para contorná-lo, foi para o meio da pista, sendo atingido por outro veículo que o prensou contra o primeiro. Felizmente, continuou, não houve vítimas fatais. Avaliou que a população ainda não tomou consciência da necessidade de obedecer às regras de trânsito. Considerou justo que um veículo seja guinchado e seu proprietário multado quando estaciona sobre a faixa de pedestres. Testemunhou que, por outro lado, há ciclistas que não usam a ciclofaixa e trafegam no acostamento, na contramão, colocando em risco suas próprias vidas e a vida de outros. Lastimou existirem pessoas que só aprendam apanhando. Recordou ter apresentado um projeto de lei, aprovado nesta Casa e sancionado pelo prefeito Zenaldo Coutinho, determinando que as lojas que vendem bicicletas entreguem aos compradores um manual com as regras do trânsito. Defendeu que os ciclistas recebam orientações sobre as regras de trânsito e que também sejam punidos ao infringi-las. Avaliou que, se todos respeitarem as leis, certamente teremos um trânsito mais seguro. Informou ter sugerido, através de requerimento, que o Poder Executivo Municipal procedesse a estudos para fazer faixas de pedestres visualmente tridimensionais, como já existem em vários estados brasileiros e em outros países. Participou que, nas cidades em que este tipo de faixa foi adotado, houve grande redução do número de acidentes. Infelizmente, assentiu, atravessar nas faixas de pedestre é um risco em nossa cidade. Relatou ter visto uma senhora idosa que tentava atravessar - na Avenida João Paulo II, em frente ao Colégio Alfa - e mais de cinquenta veículos passaram, mas ninguém lhe deu preferência. Teve então que parar seu carro e acenar lateralmente para que outros condutores parassem e ela pudesse fazer a travessia. Contou que sua mãe já fora atropelada na Avenida João Paulo II com a Travessa Humaitá - na ocasião, olhou para um lado ao iniciar a travessia e foi atingida por um ciclista que vinha na contramão. Felizmente, continuou, ela sofreu apenas algumas luxações, mas poderia ter sido muito pior e, nesse caso, questionou a quem poderiam recorrer. Observou que os ciclistas, nestas situações, apenas pedem desculpas, quando as pedem, e vão embora. Acrescentou ser necessário fiscalizar também as empresas que fazem o serviço de pintura das faixas de pedestres e sinalizações de rua em nossa capital. Disse ter perguntado ao responsável pela pintura da faixa localizada em frente ao Colégio Alfa, na Avenida João Paulo II, quanto tempo ela duraria. Foi-lhe dito então que, com o trânsito que ali havia, duraria de um ano e meio a dois anos - mas a pintura não chegou a durar

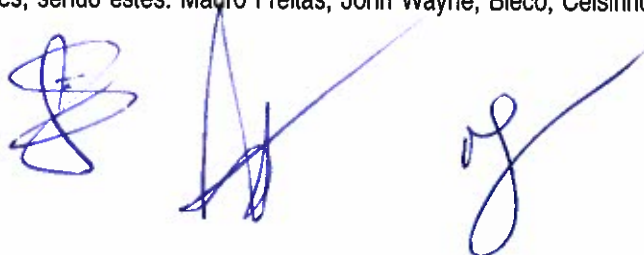
seis meses. Em aparte, manifestou-se o vereador Fernando Carneiro. Findo este pronunciamento, o vereador Dr. Elenilson assumiu a presidência da Mesa e o vereador Mauro Freitas subiu à tribuna. Este tratou do projeto de sua autoria que, aprovado por unanimidade nesta Casa em 2017, proibia o uso de sacolas plásticas à base de petróleo nos diversos estabelecimentos no município de Belém – supermercados, farmácias e outros – determinando que fossem substituídas por sacolas biodegradáveis. Aludiu depois à reportagem apresentada no programa televisivo *Fantástico*, no último domingo, mostrando a grande quantidade de plástico existente hoje nos rios e oceanos. Manifestou preocupação com o fato de Belém ser uma das cidades com maior prejuízo quanto à presença desse poluente devido à característica de ser cercada por rios. Parabenizou a Assembleia Legislativa do Pará – Alepa por estar discutindo um projeto similar ao anteriormente citado. Disse ter solicitado ao Departamento Legislativo que prepare dois documentos, a serem subscritos pelos membros deste Poder. Tais documentos serão enviados à Prefeitura Municipal de Belém e à Promotoria de Meio Ambiente do Ministério Público do Pará para que a lei aqui aprovada referente ao uso de sacolas plásticas tenha aplicação imediata. Reconheceu ser necessário um prazo - de 90 a 120 dias - para a adequação das empresas a esta norma. Alertou, entretanto, tratar-se de uma lei aprovada em 2017 que já foi sancionada pelo prefeito Zenaldo Coutinho, mas não foi posta em prática. Externou posteriormente que será feita por este parlamento, ainda nesta semana, uma emenda à Lei 9354, que liberou a venda de cerveja nos estádios de Belém durante eventos esportivos, para que o percentual desta venda destinado ao esporte amador seja entregue à Secretaria Municipal de Juventude Esporte e Lazer – Sejel, por se tratar de uma lei municipal, ao invés de ficar sob os cuidados da Secretaria de Estado de Esporte e Lazer – Seel. Esclareceu que o montante até agora arrecadado está retido na Seel, não tendo sido gasto. Nesta emenda, acrescentou, determinar-se-á a utilização de copos de papel ou papelão no consumo da bebida ao invés de copos plásticos, minimizando o uso deste material. Destacou a importância de Belém, sendo uma capital amazônica, estando na porta da Amazônia, dar um bom exemplo. Manifestou ficar feliz por saber que projetos como este têm dado certo, sendo aprovados nesta Casa e sancionados pelo Executivo, cabendo lutar para que sejam efetivados em nossa cidade. Parabenizou depois seus pares pela restrição ao uso de motocicletas em Cotijuba somente aos moradores da ilha, definida em projeto de lei aprovado em sessão extraordinária realizada no dia anterior e divulgada neste dia em matéria do jornal *O Liberal*. Agradeceu a este informativo por ter criado uma página para falar do parlamento, permitindo que a população saiba que a Câmara Municipal de Belém tem projetos importantes. Comentou que a Alepa está agora discutindo um projeto similar ao que a CMB aprovou em 2017 e que já foi sancionado. Isto mostra, opinou, que este parlamento está antenado e à frente do parlamento estadual. Ressaltou que estas casas legislativas têm o mesmo objetivo, trabalhar para o bem da população. Declarou ser um defensor da CMB e defensor dos vereadores de Belém, apesar das divergências ideológicas que possam existir, pois sabe do trabalho que desenvolvem. Em aparte, manifestaram-se os vereadores José Dinelly e Igor Andrade. Findo seu pronunciamento, o vereador Mauro Freitas reassumiu a presidência da Mesa. Fernando Carneiro manifestou-se em seguida e ressaltou que nesta sessão será iniciado o Tribuna Livre, projeto de sua autoria, aprovado em plenário e sancionado pela Mesa Diretora deste Poder. Esclareceu que ele permite a entidades representantes da sociedade civil vir à tribuna conversar com os vereadores. Aditou que iniciativas similares foram aprovadas em várias outras câmaras municipais, inclusive no interior do estado. Avaliou ser este um projeto muito importante por permitir a aproximação deste parlamento à sociedade. Lembrou ter reiteradamente expresso nas sessões desta Casa que a exigência de uma nova política é uma necessidade premente em nosso país. Afirmou que a CMB precisa aproximar-se mais da sociedade belenense. Fez notar que, frequentemente, um ministro de estado visita o Congresso Nacional para dar explicações, esclarecimentos sobre propostas do governo, e o próprio presidente da República também o faz. Existe então uma responsabilização e uma divisão de responsabilidades entre o Executivo e o Legislativo. Ponderou que isso precisa também acontecer em Belém, mas quando nesta Casa são realizadas sessões especiais e pede-se a presença de um secretário municipal, tal pedido é raramente atendido – se for um vereador da oposição a solicitá-lo, nunca é atendido. Notificou fazer, enquanto vereador, as solicitações junto às secretarias municipais, mas sequer obtém alguma resposta. Atestou ser a Secretaria Municipal de Saneamento - Sesan um exemplo claro dessa prática, pois já tentou falar com o secretário inúmeras vezes, sem sucesso. Declarou ser isto um desrespeito não apenas ao vereador, mas a este parlamento. Mencionou ter havido, na sessão ordinária anterior, uma discussão sobre o papel do vereador. Estipulou que a ele cabe fazer a interlocução com o Poder Executivo no município e fiscalizar sua atuação. Portanto, sustentou, é importante que a CMB valorize o trabalho da vereança e para isso precisa aproximar-se da sociedade, precisa ouvir críticas, embora muitas vezes não seja fácil fazê-lo. Advogou ser necessário estreitar o diálogo com a população, não apenas o vereador, individualmente, mas a própria Casa. Neste sentido, reiterou, o Tribuna Livre é relevante e espera que se inicie nesta sessão. Participou que a pessoa inscrita para falar, há mais de um mês, já viera

anteriormente duas vezes à CMB, e pediu ao presidente Mauro Freitas que ela pudesse fazer uso da palavra, mesmo se não houvesse quórum no restante da sessão. Esclareceu que qualquer entidade que tenha CNPJ e representação pode vir à tribuna dialogar com os vereadores. Sobrelevou ser isto muito importante, pois significa que os representantes da sociedade civil podem conversar com os membros deste Poder. Alertou que quando são realizadas sessões especiais, salvo raríssimas exceções, somente o vereador proponente comparece e a população não tem acesso aos demais membros deste parlamento. As pessoas perguntam então pelos demais vereadores, questionam estas ausências quando são, muitas vezes, discutidos temas importantes. Ressalvou haver amiúde agendas externas impedindo a participação dos parlamentares nestas sessões, destacando que o Tribuna Livre permitirá estas interações. Manifestou a esperança de que se torne habitual neste parlamento a presença, nas sessões ordinárias realizadas às quartas-feiras, de representantes da sociedade civil. Em aparte, expressou-se a vereadora Professora Nilda Paula. Findo este pronunciamento, o presidente Mauro Freitas recordou que o projeto Tribuna Livre foi aprovado por unanimidade. Disse estar ele tramitando e quase finalizado, sendo uma honra para a Câmara Municipal e para sua Mesa Diretora tê-lo neste parlamento. Findo o Horário do Expediente, iniciou-se o Horário de Liderança. Pela liderança do bloco DC – Avante, Dr. Elenilson repercutiu a notícia de que, novamente, um jovem, em uma universidade, atirou-se e deu fim à própria vida. Ressaltou que esta informação nos chega devido às redes sociais e aos meios de comunicação. Afiançou que, entretanto, as tentativas de suicídio têm aumentado continuamente, mas tem visto pouca divulgação do Setembro Amarelo, tem visto muito pouco empenho do governo na prevenção ao suicídio. Defendeu a ampliação do atendimento em saúde mental em todo o país e a valorização dos profissionais que atuam na área. Sugeriu a atuação informativa e educativa a respeito do tema nas unidades de saúde – orientações, prevenções e palestras. Alegou que muitas vezes uma simples palavra, um gesto, um abraço, uma conversa podem salvar uma vida. Imaginou o suicídio como um ato desesperado de uma pessoa que, em um momento de grande sofrimento psíquico, não consegue conversar com ninguém, não tem um ombro amigo. Por isso, atestou, um serviço diuturno de atendimento em saúde mental que fornecesse acolhimento em tais situações fortaleceria essas pessoas e evitaria mortes. Propôs que os centros religiosos também abordem o tema, alertando ser falso que as ideias suicidas se devam à falta de Deus no coração, pois se isto fosse verdadeiro não haveria pastores e padres com depressão e pensando em suicídio – este mal, asseverou, pode atingir qualquer pessoa. Relatou tratar pacientes infantes, aos cinco anos de idade, com ideias suicidas e pacientes com idade de oitenta anos que também as têm. Sentenciou haver negligência quanto ao sofrimento dessas pessoas, questionando quantos mais terão que morrer. Sustentou ser necessário levar palestras e orientações às universidades e escolas visando à prevenção ao suicídio, levar jovens aonde possam ser acolhidos e, assim, vidas sejam salvas. Anunciou que seu projeto de lei criando o Setembro Amarelo em nível municipal está nesta Casa, estabelecendo uma semana com palestras e cursos, com a atuação da Prefeitura Municipal de Belém para a prevenção a este mal. Pela liderança do PSB, Igor Andrade fez referência ao trabalho solidário entre a Prefeitura de Belém e o governo estadual no atendimento às vítimas do último incêndio ocorrido no bairro da Pedreira. Inteirou que, em tempo recorde, o governo do estado entregou mais de quarenta cheques moradia para as famílias atingidas. O sinistro ocorreu em uma sexta-feira e na segunda-feira o governador Hélder Barbalho e várias outras lideranças políticas lá estavam fazendo a entrega dos cheques. Anunciou que neste dia o prefeito Zenaldo Coutinho estará entregando às vítimas o valor correspondente ao aluguel social. Elogiou a equipe técnica do governo estadual e a equipe técnica da Prefeitura de Belém, dizendo esperar que, na ocorrência de fatos semelhantes, estes sejam resolvidos com a mesma celeridade. Lembrou que, no começo deste ano, houve um incêndio no bairro de Canudos e nem o governo estadual, nem a Prefeitura, foram tão rápidos como o foram agora. Atinou, porém, que cada caso é um caso e existem inúmeros procedimentos até que os benefícios cheguem às vítimas, tal como a necessidade de documentação comprobatória para evitar que pessoas desonestas se aproveitem da situação e recebam indevidamente os recursos. Tratou depois do projeto de lei de sua autoria, em trâmite nesta Casa, que estabelece reserva de vagas para pessoas acima de sessenta anos de idade nos próximos processos seletivos e concursos públicos municipais em Belém. Estimou que este projeto estivesse em pauta já na semana posterior e pediu o apoio dos demais parlamentares para sua aprovação. Presumiu que todas as pessoas presentes tivessem alguém na família que não consegue emprego devido à idade e não consegue concorrer com pessoas mais novas nos processos seletivos e concursos. Haveria então uma reserva de vagas e as pessoas com idade acima de sessenta anos concorreriam entre si. Pela liderança do bloco PT – PC do B, Amaury da APPD hipotecou sua solidariedade às vítimas do incêndio na Passagem São Benedito, no bairro da Pedreira. Contou ter morado durante muito tempo neste bairro, na Travessa da Estrela, entre a Avenida Marquês de Herval e a Avenida Visconde de Inhaúma, conhecendo ali muita gente, inclusive pessoas vitimadas por este incêndio. Pediu então empenho do poder público, seja municipal ou estadual, no sentido de

atender as necessidades das vítimas. Em relação ao Tribuna Livre, disse ficar a matutar sobre o que os vereadores de uma legislatura anterior pensavam quando rejeitaram este projeto, então por ele apresentado. Naquela época, lucubrou, era novato nesta Casa e os vereadores conservadores achavam que as pessoas inscritas para fazer o debate neste parlamento roubariam o espaço que detinham, pois não conseguiam ter visão além dos muros da CMB. Agradeceu a Deus por esta nova geração de parlamentares ter aprovado o projeto, esperando que a discussão de assuntos importantes, por ele propiciada, ajude na construção da cidadania e no desenvolvimento do povo de Belém. Referiu-se depois à necessidade de educar a população para o trânsito em nossa cidade, concordando com o que fora dito anteriormente pelo vereador Igor Andrade. Deu destaque à destruição da ciclofaixa na Avenida Arthur Bernardes devido ao uso e ocupação ilegal desta por carros, caminhões e motocicletas. Salientou ser essencial a fiscalização e punição dos infratores pela Semob, arguindo que Belém não pode se tornar uma cidade sem lei. Externou ser muito bonito ver, no final da tarde, nas avenidas de nossa cidade, as pessoas tendo o hábito de caminhar. Advertiu, porém, que se não houver preocupação com a segurança desse povo no que tange ao trânsito de bicicletas e outros veículos, esse hábito extinguir-se-á. Falando em seguida pela liderança da Oposição, Amaury da APPD chamou a atenção para o Setembro Verde, sendo 21 de setembro o Dia de Luta pelos Direitos da Pessoa com Deficiência, em nível nacional, estadual e municipal, neste último em decorrência de uma lei de sua autoria. Comunicou que serão realizadas várias ações, entre elas uma palestra, a ocorrer no auditório da Associação Paraense das Pessoas com Deficiência – APPD no sábado pela manhã, para a qual foram convidados o Ministério Público do Trabalho e o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – Dieese. Comentou a existência de legislação estadual estabelecendo reserva de vagas para deficientes em processos seletivos e concursos públicos, lembrando a grande batalha travada para incluí-la na Constituição do Estado do Pará. Aludiu à ameaça de retirá-la, há cerca de quinze dias, mas conseguiram reverter a situação. Declarou almejam um mercado de trabalho cada vez mais aberto às pessoas portadoras de deficiência, estabelecendo serem elas como as demais quanto à capacidade profissional. Citou reportagem apresentada pela Rede Globo, no dia anterior, mostrando que a grande dificuldade para o preenchimento de vagas no mercado de trabalho em São Paulo é a falta de qualificação técnica dos candidatos ao emprego. Estimou que isso atingisse a todos, sendo necessário desenvolver políticas públicas visando à capacitação profissional das pessoas. Sugeriu que a PMB abra uma frente para dar esta qualificação à população na faixa etária produtiva. Inteirou que recentemente o governo do Pará lançou o programa Primeiro Ofício, buscando parcerias com as instituições que qualificam tecnicamente os jovens. Chamou a atenção para a responsabilidade dos legisladores de apresentar propostas viáveis que contribuam para afastar a juventude do vício em drogas, considerando-o a maior ameaça às famílias brasileiras. Salientou a importância do Setembro Verde para a população portadora de deficiência porque marca um ciclo de debates, mobiliza e leva o restante da sociedade a entender que há uma parcela muito grande da população que necessita de políticas públicas. Assegurou que este segmento não necessita de valores nem de assistencialismo, precisa de políticas públicas para que os portadores de deficiência encontrem, nas instituições e empresas, atividades que lhes deem dignidade e permitam-lhes resgatar a cidadania. Findo este pronunciamento, o presidente Mauro Freitas fez o registro da presença em plenário do senhor Mateus Ferreira, presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Educação Pública do Pará – Sintep, que se pronunciaria por cinco minutos em uma prévia do Tribuna Livre. Pela liderança do PSOL, Enfermeira Nazaré Lima atestou participar frequentemente das sessões especiais por entender que elas são importantes para quem as propõe e para a população. Infelizmente, lamentou, não é possível participar de todas. Julgou que falta aos vereadores dar-lhes maior importância e falta a esta Casa uma melhor recepção às resoluções nelas elaboradas. Tratou depois da temática do suicídio, comentando sobre o impacto da morte do jovem Matheus Holanda, que se jogou, no dia anterior, do 4º andar do prédio da faculdade onde estudava. Expressou que, como mãe e professora de nível superior, ficou muito sensibilizada e tratou do assunto em suas redes sociais. Foi então questionada quanto ao que fazer para resolver o problema. Explicou que as causas do suicídio são diversas, sabendo-se que ele ocorre principalmente na adolescência. Entretanto, atualmente, também vêm atingindo pessoas idosas. Acrescentou que o suicida geralmente deixa uma carta, explicando os motivos para o ato. Entre estes, continuou, são frequentemente citados assédio moral, pressão no trabalho ou na escola, pressão familiar, sexualidade, depressão e dívidas. Discorreu que a sociedade está adoecida, valorizando mais o ter do que o ser, o dinheiro e a posição social – uma sociedade que discrimina, separa, isola e, infelizmente, cobra mais do que abraça. Finalizou dizendo que a escola e o trabalho devem mudar, com menos cobranças e mais abraços. Não havendo mais lideranças inscritas, o presidente Mauro Freitas anunciou que o senhor Mateus Ferreira subiria à tribuna, fazendo-se uma prévia do projeto Tribuna Livre. O vereador Rildo Pessoa saudou o representante e presidente do Sintep e aditou que neste parlamento todas as votações são abertas, não ocorrendo o mesmo em todas as casas legislativas. Informou serem aqui



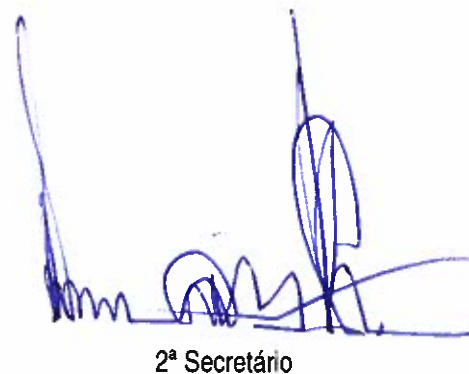
realizadas três sessões ordinárias semanalmente, enquanto as outras câmaras municipais realizam somente uma sessão ordinária semanal. Comparou que mesmo a Assembleia Legislativa do Pará – Alepa tem menos sessões ordinárias que a CMB e isso não é comumente dito. Além disso, acrescentou, as sessões extraordinárias desta Casa, realizadas por convocação, não são remuneradas, embora a população às vezes pense que são. Manifestou-se então o senhor Mateus Ferreira, presidente do Sintep, e saudou a todos. Agradeceu o espaço cedido pela CMB em nome do presidente Mauro Freitas e agradeceu também ao vereador Fernando Carneiro, que sempre acompanha as atividades do Sintep, pelo qual tem grande respeito. Disse que gostaria de dialogar com o conjunto dos parlamentares presentes para socializar alguns problemas que enfrentam na Secretaria Municipal de Educação – Semec atualmente e na Prefeitura como um todo. Inferiu ser de conhecimento de todos os vereadores que nenhum servidor público municipal de Belém ganha o salário mínimo como vencimento base. Pontificou ser esta a linha adotada pelo prefeito Zenaldo Coutinho em seu segundo mandato, fazendo a seguinte leitura: se a remuneração é maior do que o salário mínimo, a legislação está sendo cumprida. Entretanto, contrapôs, o entendimento dos funcionários municipais é diferente. Alertou que isto jamais ocorreu em alguma gestão anterior: nenhum prefeito chegou a pagar no vencimento base do conjunto dos funcionários um valor abaixo do salário mínimo. Deixou registrado o impasse: o prefeito entende que o importante é a remuneração, enquanto os trabalhadores entendem que a referência é o vencimento base, os demais proventos são gratificações advindas do Regime Jurídico Único, obtidas com muita luta do funcionalismo. Quanto à Semec, afirmou vivenciar-se hoje um grande retrocesso histórico. Inteirou que a secretária de Educação - Socorro Aquino Coutinho, parente do prefeito – nega-se a conversar com o Sintep. Historiou que, desde o ano passado, solicitam audiência com a secretária e não foram atendidos neste ano, apesar dos muitos problemas enfrentados no setor educacional. Enunciou não ser aceitável esta atitude em um estado democrático de direito, observando que isto jamais ocorreu anteriormente na história do Sintep. Explicou que legalmente os professores podem ter mais de um vínculo, atuando, por exemplo, em nível municipal e estadual. Surgiu então um problema devido a um decreto do governo estadual limitando em 60 horas de trabalho a carga horária mensal de acúmulo de cargos. A Semec aplicou na íntegra este decreto, embora a Secretaria de Estado de Educação – Seduc não o tenha feito. Participou que a Seduc flexibilizou esta quantidade de horas, após conversar com o Sintep, entendendo que os docentes têm uma carga horária em hora-aula e não em hora-relógio, resultando em um aumento do limite estabelecido no decreto. Esclareceu que isso se deu a partir de um parecer da Procuradoria Geral do Estado. A PMB, entretanto, agindo de forma arbitrária, particularmente a secretária de Educação, está fazendo com que professores prestes a se aposentar, que trabalharam durante mais de duas décadas com 200 horas-aula, tivessem sua carga horária reduzida para apenas 100 horas-aula. Com isso, estes profissionais aposentar-se-ão com metade do salário que receberam a vida inteira. Pediu aos vereadores, se houvesse possibilidade de fazê-lo, que a secretária de Educação fosse convocada para uma audiência com o Sintep. Reiterou que não conseguem conceber como, em um governo democrático, não consigam dialogar com a gestão municipal. Pleiteou o apoio da Câmara Municipal a esta demanda. Referiu depois que a reforma da Previdência, aprovada no Congresso Nacional, praticamente acaba com a aposentadoria especial das professoras – estas terão que trabalhar dez anos a mais para poder se aposentar. Expressou que os docentes sabem o quão difícil é lecionar para alunos da periferia, com famílias desestruturadas, sendo o principal recurso disponível o potencial físico e humano do professor. Noticiou que o Sintep aderiu a várias paralisações nacionais e todos os professores municipais de Belém que participaram desses atos tiveram faltas descontadas em seus contracheques, não lhes sendo permitido, como era de direito, fazer a reposição. Denunciou que uma diretora de escola municipal foi exonerada por ter feito com os professores um acordo para reposição dos dias de paralisação. Alertou que esta postura pune os professores e pune também os alunos, pois estes deixam de ter as aulas repostas. Além disso, advertiu, as faltas vão para ficha funcional do servidor, o que é ilegal, pois ele aderiu a uma greve de um dia. Lembrou depois que os vereadores da legislatura anterior aprovaram a extinção de vários cargos do quadro funcional do município de Belém. Entre estes, prosseguiu, incluía-se o cargo de serviços gerais. Testemunhou que o Sintep posicionara-se contrariamente a estas extinções e veio até este parlamento manifestar-se, pois avaliavam que a manutenção desses cargos era a forma mais viável para a PMB assegurar estes serviços. Cientificou então que a secretária Socorro Aquino Coutinho realizou um Processo Seletivo Simplificado – PSS (PSS 03/2019 – Semec) incluindo a contratação em um cargo que não mais existe, serviços gerais. Questionou os vereadores sobre a correção deste procedimento, acrescentando que o Sintep está denunciando esta irregularidade ao Ministério Público. Finalizou seu pronunciamento agradecendo a todos pelo espaço disponibilizado. Encerrado o Horário de Liderança, o presidente Mauro Freitas solicitou aos parlamentares que fizessem o registro de suas presenças no painel eletrônico. O presidente fez depois o registro nominal dos vereadores presentes, sendo estes: Mauro Freitas, John Wayne, Bieco, Celsinho Sabino, Dr. Elenilson,



José Dinelly, Enfermeira Nazaré Lima, Fernando Carneiro, França, Gleisson Silva, Igor Andrade, Neném Albuquerque, Professora Nilda Paula, Rildo Pessoa e Sargento Silvano. Não havendo quórum, aguardaram-se os dez minutos previstos regimentalmente para realização de nova verificação de presença. Findo este prazo, assumiu a presidência da Mesa o vereador Fabrício Gama e foi feita novamente a verificação. Permanecendo a falta de quórum, o presidente encerrou a sessão às dez horas e vinte e cinco minutos, informando antes aos demais parlamentares sobre a realização de audiência pública, promovida pela Comissão de Economia e Finanças deste Poder, no dia 19/09/2019, às 15 horas, neste salão plenário, ocasião em que a Secretaria Municipal de Saúde – Sesma fará a prestação de contas do primeiro quadrimestre de 2019. Informou também sobre a realização das sessões especiais: alusiva ao Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência, no dia 19/09/2019, às nove horas; a fim de discutir a reestruturação da Receita Federal na Amazônia e potências, bem como os riscos para a arrecadação federal e impactos para a segurança e o fluxo do comércio, no dia 23/09/2019, às nove horas; a fim de comemorar o Dia da Proclamação ao Mundo para a Família, no dia 23/09/2019, às dezesseis horas; para debater o Dia Mundial sem Carro, no dia 24/09/2019, às nove horas; em alusão ao Dia Municipal do Servidor Fazendário, no dia 24/09/2019, às quinze horas; para prestar homenagem aos 28 anos da Guarda Municipal de Belém, no dia 25/09/2019, às nove horas; a fim de promover um amplo debate juntamente com os órgãos oficiais e as entidades da sociedade sobre a situação no centro comercial de Belém, que está se transformando em uma cracolândia, no dia 26/09/2019, às nove horas; a fim de prestar homenagem ao grupo Universal nos Presídios – UNP, no dia 26/09/2019, às 15 horas; para debater sobre as próximas eleições para renovação dos Conselhos Tutelares no âmbito do município de Belém, no dia 27/09/2019, às nove horas. Justificaram suas ausências os vereadores Dr. Chiquinho e Simone Kahwage. Estavam licenciados os vereadores Altair Brandão, Paulo Queiroz e Joaquim Campos. Estiveram presentes os vereadores: Dr. Elenilson, Mauro Freitas e Rildo Pessoa, pelo bloco DC – Avante – Podemos; Biéco, Marciel Manão e Fabrício Gama, pelo bloco PMN – Solidariedade – Patriota - PR; Lulu das Comunidades, Sargento Silvano e Professora Nilda Paula, pelo bloco PSD - PTC; Celsinho Sabino e José Dinelly, pelo bloco PSC – PPS; Amaury da APPD, pelo bloco PC do B – PT; John Wayne e Pablo Farah, pelo bloco MDB – PHS; Gleisson e Igor Andrade, pela bancada do PSB; Moa Moraes, pela bancada do PSDB; Adriano Coelho, pela bancada do PDT; Fernando Carneiro e Enfermeira Nazaré Lima, pela bancada do PSOL; França e Toré Lima, pela bancada do PRB; Neném Albuquerque, pelo PSL. Eu, segundo-secretário, lavrei a presente ata que, depois de aprovada, será assinada pela Mesa Executiva da Câmara Municipal de Belém. Salão Plenário Lameira Bittencourt, Palácio Augusto Meira Filho, dia 18 de setembro de 2019.

  
1º Secretário

  
Presidente

  
2ª Secretário